

Educação e capacitação comunitárias para o turismo: um estudo dos pólos turísticos Caminhos do Norte e vales do São Francisco e do Jequitinhonha - MG

Lucia Capanema Álvares (UNA) luciacapanema@terra.com.br
Isabel de Oliveira e Silva (UNA) isabel.os@uol.com.br
José Euclides Alhadadas Cavalcanti (UNA) jose.cavalcanti@una.br

Resumo

Questões culturais como a receptividade das populações locais, seus hábitos e seu comportamento empreendedor são importantes para desenvolvimento do turismo como atividade geradora de trabalho e renda, e para o desenvolvimento das suas atividades econômicas complementares. O artigo reflete sobre a disposição, a educação e a capacitação das comunidades para o turismo baseado na análise de dados censitários e entrevistas com a população dos Pólos Turísticos Caminhos do Norte e Vales do São Francisco e do Jequitinhonha, em Minas Gerais. Diante dos baixos níveis educacionais e de capacidades instaladas encontrados, o resgate da educação escolar mostra-se um elemento central para o desenvolvimento das atividades econômicas em geral e, especificamente, da atividade turística. A capacitação para a valorização dos indivíduos e do seu patrimônio cultural, e para a inclusão produtiva dos grupos comunitários também é basilar para um turismo sustentável em todas as suas dimensões.

Palavras-chave: Educação, Capacitação, Turismo sustentável.

1 Introdução

Em meio à atividade econômica que mais cresce no mundo – o turismo, as modalidades ecológica e rural se apresentam como de especial interesse, crescendo em altíssimos níveis (LIMA, 2003). Se, por um lado, este crescimento aparece como grande elemento gerador de trabalho e renda para localidades até aqui pouco inseridas no desenvolvimento econômico do país, oferece também grandes problemas e desafios: a poluição e a descaracterização dos ambientes naturais e do patrimônio cultural, bem como as influências exógenas nas culturas locais, são aspectos já bastante discutidos na literatura (Cf. por exemplo, RUSCHMAN, 1997); entre os grandes desafios estão a educação e a capacitação das populações locais para a recepção turística e para sua inserção produtiva e cidadã na atividade (CARACRISTI, 1998).

O Objetivo deste artigo é o de refletir sobre a educação e a capacitação das comunidades para o turismo, a partir da análise de dados referentes às populações dos Pólos Turísticos Caminhos do Norte e Vales do São Francisco e do Jequitinhonha¹. A reflexão procura destacar aspectos relevantes da relação entre educação e turismo, considerando-se os elementos de desenvolvimento local e de promoção humana, assunto emergente na literatura da área como um campo importante de intervenção para o desenvolvimento sustentado da

atividade turística (Cf. por exemplo, RODRIGUES, 2000). Objetiva-se também evidenciar os aspectos do comportamento da população local relevantes para o turismo para, em seguida, refletir sobre as necessidades e estratégias educacionais voltadas para grupos comunitários.

A importância deste estudo reside, em boa parte, no fato de o turismo depender de questões culturais que envolvem, dentre outros aspectos, o comportamento da população local, sua disponibilidade para receber o turista e receptividade para a atividade turística na localidade. Numa outra esfera, tal receptividade é necessária também para o desenvolvimento das atividades econômicas relacionadas direta e indiretamente à atividade turística; nesta esfera, destacam-se como fundamentais tanto a qualificação da população e seus níveis educacionais, quanto as possibilidades de desenvolvimento de outras atividades decorrentes da cultura local que possam ser transformadas em produtos turísticos – resultando em empreendedorismo local.

A pesquisa que deu origem a este artigo foi realizada no contexto do Programa de Desenvolvimento do Turismo em Minas Gerais (PRODETUR-MG), elaborado pela Fundação João Pinheiro para o Governo do Estado de Minas Gerais, sob a coordenação da Unidade Executiva Estadual do Programa. Foi efetuada por meio de entrevistas estruturadas com a população local, focalizando os aspectos “relativos à disposição da população local para receber o turista; à consciência do papel de cada cidadão no processo de desenvolvimento do setor; à consciência dos valores éticos que permitam relacionamento justo e correto com os visitantes; à consciência sobre diversos aspectos relacionados à ‘boa educação’ e que trazem satisfação a todos da comunidade”ⁱⁱ.

Para cálculo das amostras e determinação de cotas foram considerados os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística para o Censo de 2000 (IBGE, 2000). A partir da variável “grau de urbanização” e partindo do pressuposto que regiões mais díspares precisam de amostragem maior e regiões mais semelhantes podem ter amostragens menores, estabeleceu-se em um nível de precisão de 95% que a sub-região do São Francisco deveria ter uma amostragem de 341 entrevistas (pois apresenta menores disparidades entre seus municípios) e as sub-regiões do Norte e do Jequitinhonha deveriam ter amostragens de 379 entrevistas cada, totalizando 1099 entrevistas (consulta em tabela de amostragens mínimas significativas).

Considerando as variáveis população total, porcentagem da população urbanizada, PIB *per capita*, porcentagem da população nos setores secundário e terciário, porcentagem de domicílios com saneamento completo, porcentagem de alfabetizados acima de 10 anos, e porcentagem de população nas faixas etárias de 0 a 9 anos, de 10 a 19 anos, de 20 a 39 anos,

de 40 a 59 anos e de mais de 60 anos, foram identificados grupos de cidades semelhantes em cada pólo turístico a partir da formação de *clusters* estatísticosⁱⁱⁱ.

Foram determinadas as cotas de entrevistas em cada município representante de seu *cluster* segundo os perfis gerais daquele *cluster* e a partir de algumas das variáveis já citadas - população urbanizada versus rural, população nos setores secundário e terciário versus no setor primário, alfabetizados ou não acima de 10 anos, e população nas faixas etárias 10 a 19 anos, de 20 a 39 anos, de 40 a 59 anos e de mais de 60 anos (distribuindo-se proporcionalmente o contingente que não seria entrevistado, de 0 a 9 anos), além de cotas para homens e mulheres que, se não deveriam influenciar o tamanho da amostragem e a formação de *clusters* (esperando-se que sua proporção seja razoavelmente constante), havia a hipótese de terem opiniões diferentes, que deveriam ser estimadas.

Os questionários da entrevista estruturada foram pré-testados na Região Metropolitana de Belo Horizonte, observando-se os perfis delineados nas cotas de entrevistas. Observou-se então o fenômeno da aquiescência^{iv} em duas questões, as quais foram modificadas para a realização das entrevistas.

Finalmente foram reunidos os pesquisadores para treinamento relativo à metodologia utilizada e às características gerais de seus municípios-alvo. Os municípios participantes foram divididos entre os pesquisadores, buscando-se maior conforto e aproximação do número ideal de entrevistas para cada um, em torno de 100 questionários.

Após a realização das entrevistas de campo os pesquisadores foram contatados para relatar suas impressões gerais, dificuldades encontradas por eles ou pelos respondentes, percepção de aquiescências ou discrepâncias entre o que era respondido e a realidade por eles apreendida, fatos inusitados ou comentários de interesse, e visão geral dos municípios pesquisados. Dos registros das entrevistas foram tiradas algumas ponderações acerca dos dados. É, então, com base em parte dos dados obtidos nessa pesquisa que este artigo propõe algumas reflexões a respeito da educação e da capacitação das comunidades para o turismo.

Como se poderá verificar, os dados permitem afirmar que há disponibilidade para a atividade turística na região, o que sugere a importância de investimentos na área que contemplem a dimensão da educação da comunidade visando, sobretudo, a melhoria das condições de vida por meio da dinamização da atividade econômica com a qual a atividade turística pode contribuir. As reflexões aqui realizadas em torno das dificuldades e potenciais das populações do Norte de Minas referem-se a uma realidade específica, mas não se restringem a ela, uma vez que procurou-se apontar elementos gerais para o desenvolvimento da educação comunitária que favoreçam o desenvolvimento local.

2 Educação e capacitação comunitárias

A educação, como importante instrumento de promoção humana e de desenvolvimento social, comporta múltiplas abordagens e formas de intervenção. Pode-se tratar dessa dimensão das ações junto a populações locais tanto do ponto de vista da chamada educação formal – aquela regulamentada em lei específica que fixa normas para a educação escolar nacional – quanto no que se refere aos demais processos educativos que ocorrem^v ou são propostos para determinados grupos sociais.

No campo do turismo a contribuição da educação não pode se restringir a uma ou outra forma de educação das e nas comunidades. Ao contrário, como se verá adiante, a baixa escolaridade, aliada à inexistência de ações para o desenvolvimento das potencialidades da área turística indicam a necessidade de investimentos tanto em processos formais de educação quanto em processos não formais.

A expressão educação comunitária, referindo-se aos processos não formais de educação, exige algumas considerações. Vários autores, especialmente aqueles ligados à chamada educação popular, procuraram denunciar o caráter ideológico da idéia de desenvolvimento comunitário desenvolvida na Brasil nos anos 1960-70, como forma de controle das manifestações de grupos populares por parte dos governos militares.

Outra vertente do desenvolvimento de processos educativos extra-escolares por parte de diferentes organizações da sociedade civil, especialmente no processo de retomada dos movimentos sociais urbanos também nos anos 70, desenvolveu-se no âmbito da chamada Educação Popular. A educação popular, caracterizada por uma perspectiva política de transformação das condições de existência de grupos excluídos, apresenta um projeto educativo que os reconhece não apenas como receptores de novos conhecimentos, mas como sujeitos do processo de aprendizagem e da mudança social (cf. por exemplo: FREIRE; NOGUEIRA; MAZZA, 1995; FREIRE, 2001; GOHN, 2001).

Nessa direção, o conceito de educação não pode ser dissociado do conceito de cultura. A literatura da área, desde as primeiras publicações de Paulo Freire até reflexões mais recentes a respeito da educação, entendida em sentido amplo, enfatiza os processos de emancipação como objetivo central de quaisquer ações educativas. Tais processos, por sua vez, realizar-se-iam por meio da valorização da cultura dos grupos sociais em questão.

Por emancipação entende-se a capacidade de definir os modelos de desenvolvimento coerentes com a cultura local, encontrando, dessa forma, soluções próprias para os problemas detectados. Isto implica não uma postura espontaneísta, mas intervenções pública e privada

capazes de promover a auto-determinação dessas populações para o seu desenvolvimento em geral e, no caso específico desta pesquisa, o desenvolvimento da atividade turística como um fator de desenvolvimento humano e sócio-econômico.

Optando pela expressão educação não-formal, Gohn (2001) propõe uma definição que indica campos e dimensões dessa prática social que nos parece adequada para fundamentar análises a respeito das necessidades educativas de determinados grupos e também possíveis propostas de intervenção delas decorrentes. Um primeiro campo identificado por essa autora refere-se à “aprendizagem política dos direitos dos indivíduos enquanto cidadãos, isto é, o processo que gera a conscientização dos indivíduos para a compreensão de seus interesses e do meio social e da natureza que o cerca, por meio da participação em atividades grupais” (GOHN, 2001, p. 98).

O segundo campo de intervenção refere-se à capacitação dos indivíduos para o trabalho, por meio do desenvolvimento de habilidades e/ou de suas potencialidades. O terceiro, trata da aprendizagem de práticas que capacitem os indivíduos a se organizarem com objetivo de construir soluções para os problemas coletivos cotidianos. O quarto campo ou dimensão dessa prática educativa relaciona-se a aprendizagens de conteúdos pertinentes à escolarização formal através de formas e espaços distintos do espaço escolar (GOHN, 2001). Nessa dimensão, a autora destaca a possibilidade de que os grupos interessados participem da definição de conteúdos e formas de ensino, o que se aplica especialmente à educação de jovens e adultos que não se escolarizaram na idade regular.

É importante considerar ainda que a formação que tenha por finalidade criar condições para práticas emancipatórias, que levem à auto-governança, exige uma compreensão dos processos de construção do coletivo. A participação em situações de formação, introduzidas externamente ao grupo ao qual se destina precisa contar com mecanismos de mobilização que levem à participação e ao envolvimento individual e coletivo. Tratando-se de refletir sobre estratégias de formação não escolares voltadas para indivíduos e grupos inseridos nas mais variadas condições simbólicas e materiais de vida, é imperativo abordá-las a partir de uma concepção ampla de educação e, sobretudo, de sua função política na promoção de uma maior e melhor participação social para indivíduos e grupos historicamente excluídos.

Se a aquisição de novas competências sociais é um imperativo para a participação em uma sociedade cada vez mais complexa, as relações indivíduo-sociedade apresentam-se como foco da atuação nesse âmbito da educação – a educação social ou comunitária. Refletindo nessa direção, Petrus (2003, p. 53) lembra que “a aquisição de toda competência social comporta forçosamente três coisas: primeiro, *pertencer ao grupo*; segundo, *ser valorizado*,

ser apreciado, ser levado em conta pelo grupo e terceiro, implica ter a oportunidade de contribuir, de ajudar para a melhora do grupo. Nisso está a importância da educação”.

Romans (2003), a respeito dos fatores determinantes da mudança social destaca, entre outros, o direito universal à educação. Cumpre salientar ainda a dimensão do conhecimento em sua dupla “face” nas sociedades contemporâneas. Citando Tedesco (1998), Romans (2003) destaca que “uma sociedade baseada no uso intensivo do conhecimento produz simultaneamente fenômenos de mais igualdade e mais desigualdade, de maior homogeneidade e de maior diferenciação” (TEDESCO, 1998, *apud* ROMANS, 2003, p. 141).

Outra abordagem relativa à intervenção educativa junto a grupos sociais específicos, é aquela realizada por psicólogos comunitários. Esses profissionais têm, desde os anos 1980, tentado trabalhar o conceito de capacitação a partir de um foco no indivíduo. Eles a definem como o contraponto para um senso de incapacidade. Incapacidade, os psicólogos argumentam, é a "expectativa [...] do indivíduo que seu próprio comportamento não pode determinar a ocorrência dos resultados [...] que ele busca." (SEEMAN *apud* KIEFFER, 1984, p. 15). Nesta perspectiva, os investigadores da Psicologia Comunitária buscam definir capacitação "como um processo a longo prazo de aprendizado e desenvolvimento adulto " (KIEFFER, 1984, p.10), ou como o "mecanismo pelo qual as pessoas, organizações, e comunidades ganham o controle de suas vidas" (RAPPAPORT, 1984, p. 3).

Para efeito e interesse deste artigo, é preciso ampliar o conceito de capacitação individual proveniente da Psicologia Comunitária para uma perspectiva comunitária local. A ligação entre indivíduo e capacitação comunitária fica clara em quatro instâncias: Primeiro, há uma conexão intrínseca e extensa entre a capacitação individual e a comunitária. Como Katz (1984) frisou, a capacitação individual precede a capacitação de grupo e deveria servir como base dos estudos que tentam compreender a capacitação comunitária. Segundo, grupos comunitários ou organizações são as "estruturas mediadoras" entre o indivíduo ou sua família e as arenas sociopolíticas mais amplas (BERGER E NEUHAUS, 1977). Conseqüentemente, nestas arenas, a capacitação individual não poderá ser expressa se não foi seguida de uma capacitação coletiva. Terceiro, é no nível coletivo que indivíduos psicologicamente capacitados adquirem as habilidades e auto-confiança necessárias para agir; assim, a capacitação coletiva reafirma a capacitação individual. De acordo com a Psicologia Comunitária, é somente quando os indivíduos superam uma sensação inicial de incapacidade que eles se ocupam de ações que poderiam conduzir à capacitação política (como se juntar a um movimento social). Esta ação, em troca, pode reforçar o sentimento individual de capacitação (uma "capacidade percebida"). Quarto, é no nível coletivo que a opressão

individual é discutida; é também no nível coletivo, como têm argumentado mais recentemente os teóricos dos movimentos sociais, que o cenário sociopolítico existente é questionado, e onde podem ser buscadas e amoldadas alternativas que incluam todos os indivíduos (Cf. por exemplo, ESCOBAR, 1988 e FALS-BORDA, 1990).

William Fisher, partindo de uma perspectiva Foucaultiana, faz uma conexão entre mudança pessoal e mudança social para a capacitação:

"Mudando o indivíduo e mudando a sociedade, ambos rejeitarão as representações do indivíduo impostas pelas relações com os outros. Indivíduos e grupos lutam pela liberdade de definir a si mesmos e às suas relações com os outros em seus próprios termos [...] [em um] processo emancipatório, através da politização de instâncias e assuntos antes despolitizados - por exemplo, assuntos relativos a gênero ou ao ambiente. [...] A identidade política que emerge deste processo é o meio pelo qual os grupos locais mantêm sua ténue autonomia e reduzem sua suscetibilidade à cooptação e colonização por atores políticos externos. ^{vi} (FISHER, 1997, p. 457-458).

Assim, de acordo com Fisher (1997), capacitação é um processo que começa com a politização de experiências pessoais no nível coletivo, continua com a criação e a manutenção da autonomia e da independência coletiva e alcança seu ápice quando a coletividade está apta a praticar a auto-governança.

Na literatura sobre formação e empoderamento de comunidades são citados poucos estudos empíricos enfocando o tema capacitação (RICH et al., 1995; SPEER e HUGHEY, 1995; PERKINS, 1995)^{vii}. Enquanto a importância e os benefícios potenciais da capacitação são amplamente discutidos, uma definição mais elaborada de capacitação comunitária e modos para medi-la, incluindo os tipos de variáveis e dimensões que o conceito englobaria, ainda não foi explicitada. A capacitação parece ser um fenômeno não mensurável devido à sua natureza subjetiva, dinâmica e longitudinal. A capacitação comunitária, mais especificamente, depende ainda de muitos fatores externos, como comportamento individual, níveis educacionais, políticas de governo, ações de entidades organizadas, circunstâncias econômicas, e o estado das liberdades civis.

2.1 Educação, capacitação e turismo

A capacitação para potencializar as condições locais para o desenvolvimento do turismo como um fator de desenvolvimento social e econômico da região deve levar em conta as relações entre o local e o universal, entre as identidades sociais construídas no ambiente de origem e a abertura para o relacionamento com o diferente, sem que isto signifique

hierarquização entre culturas distintas. Ao contrário, a mudança de comportamento visada pelos processos de formação não pode significar uma descaracterização da cultura local, uma vez que, como lembra Beni (2003, p. 26), “o produto turístico é o resultado da soma de recursos naturais e culturais e serviços produzidos por uma pluralidade de empresas”.

Analisando as características do turismo, esse autor destaca ainda que o turismo é um eficiente meio para:

1. promover a difusão de informação sobre uma determinada região ou localidade, seus valores naturais, culturais e sociais;
2. abrir novas perspectivas sociais como resultado do desenvolvimento econômico e cultural da região;
3. integrar socialmente, incrementar (em determinados casos) a consciência nacional;
4. desenvolver a criatividade em vários campos;
5. promover o sentimento de liberdade mediante a abertura ao mundo, estabelecendo ou estendendo os contatos culturais, estimulando o interesse pelas viagens turísticas (BENI, 2003, p. 39).

Rodrigues (2000, p. 58) destaca a centralidade da reflexão sobre o lugar, inserindo-a na relação com a globalização que, destaca, alimenta-se das diferenças. Refletir sobre o lugar e, portanto, considerar essa dimensão nos processos de educação para o turismo é, para essa autora, aspecto fundamental para os estudiosos do turismo “que vive das especificidades dos lugares”. E acrescenta:

“Quase todos partem em busca do novo, do diferente, do exótico. Há que reforçar o lugar na sua expressão identitária, sem que isso signifique isolamento. Quer queiramos ou não, estamos inseridos no processo. São poucas as áreas do planeta que escapam à globalização. [...] Com base nesta argumentação é que vemos, no presente momento, um movimento bastante expressivo de valorização dos lugares, do pensar a microescala, do fortalecer das ‘horizontalidades’, que segundo Milton Santos são constituídas por ‘espaços contínuos, formados de pontos que se agregam sem descontigüidade’ (1998, p.93). [...] Deter-se no *lugar* significa abandonar a crença predominante nas soluções pretensamente universais e opor-se a fórmulas externas. Há que confiar na capacidade e sabedoria das comunidades locais na identificação de seus problemas e na tentativa de soluções originais, com base na sua própria experiência e na de outros grupos similares” (RODRIGUES, 2000, p. 58).

O fortalecimento das identidades culturais locais deve ser, então, um elemento importante dos processos de formação. É importante que as estratégias de capacitação envolvam, além dos aspectos “instrumentais” voltados para comportamentos que favoreçam o desenvolvimento do turismo, tais como os investigados por esta pesquisa, uma dimensão de problematização da realidade, de compreensão das próprias condições de vida, de modo que as mudanças sejam parte do projeto dessas pessoas e grupos, deixando de configurarem-se como ações de grupos externos à comunidade.

3 Disposição e consciência do papel do cidadão no processo de desenvolvimento turístico por parte da população do Norte de Minas

Todo processo de intervenção que tenha por objetivo promover a mudança de comportamentos, a apropriação de conhecimentos e o desenvolvimento social e cultural de determinado grupo social deve partir do conhecimento de quem são os sujeitos aos quais a intervenção se destina. Os dados aqui apresentados têm o objetivo de oferecer uma visão geral das populações dos Pólos Turísticos Caminhos do Norte e Vales do São Francisco e Jequitinhonha, de considerar os indicadores de disposição e disponibilidade da população local para o turismo e de compreender as especificidades de uma região no que concerne às necessidades educativas, permitindo uma reflexão sobre as necessidades formativas das comunidades em geral e sobre os parâmetros que devem guiar a formulação de propostas educacionais e capacitadoras nessa área.

3.1 A população local: caracterização dos sujeitos

Na área estudada as mulheres representam 52,8% da população; a pirâmide etária concentra 30,4% da população pesquisada na faixa entre 10 e 19 anos, 35,5% entre 20 e 39 anos, 21,5% entre 40 e 59 anos, e somente 12,7% com 60 anos ou mais; pouco acima de 70% da população já se encontra urbanizada. Enquanto 10,1% se declaram analfabetos, outros 8,2% declararam que lêem e escrevem “mais ou menos” – totalizando uma provável estatística de 18,3% de analfabetos funcionais, contra 81,7% que se declaram alfabetizados. Vale lembrar que os relatos qualitativos registram quase todos aqueles que declararam ler e escrever “mais ou menos” com graves dificuldades para ler elementos do questionário quando demandados. Mais de um terço da população pesquisada (36,1%) declarou não estar trabalhando formal ou informalmente; quanto aos que trabalham atualmente, 63% dizem atuar no setor primário – agricultura, pecuária e extrativismo, 3% dizem atuar no setor secundário ou industrial, e 34% dizem atuar no setor terciário, assim divididos: terciário em geral - comércio e serviços com 23%, terciário relacionado ao turismo – restaurantes, lanchonetes, hotéis e atrativos turísticos com 3%, e no serviço público 8%.

Pode-se apontar como tendências gerais uma população jovem, urbanizada, com baixo índice de alfabetização, alto nível de desemprego, e baixa renda, já que os que trabalham concentram-se no setor primário, tradicionalmente pior remunerado.

Como já postulado pelas Ciências Sociais, há uma clara relação entre sexo e idade. Nesta pesquisa vê-se que, como seria de se esperar, as mulheres sobrevivem largamente aos homens; o dado de maior interesse aqui parece ser a drástica mudança na proporção

homem/mulher entre as faixas etárias de 10 a 19 anos e a de 20 a 39, indicando que há, provavelmente, grande êxodo masculino da região em direção a áreas com maiores oportunidades de trabalho e geração de renda, como indica a Figura 1.

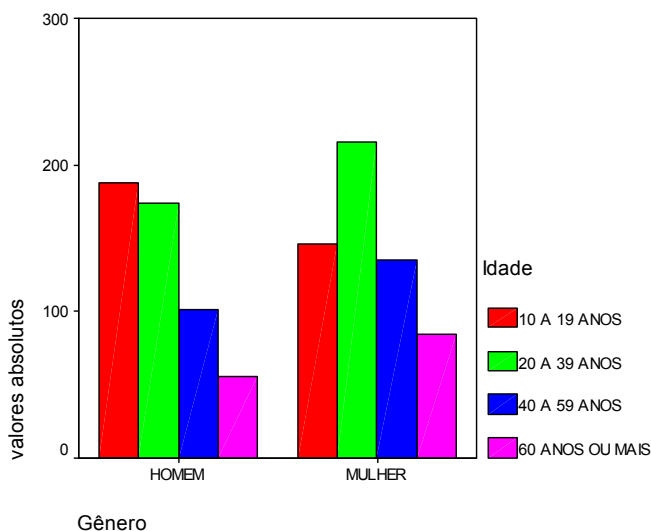


Figura 1 – Idade e sexo da população local

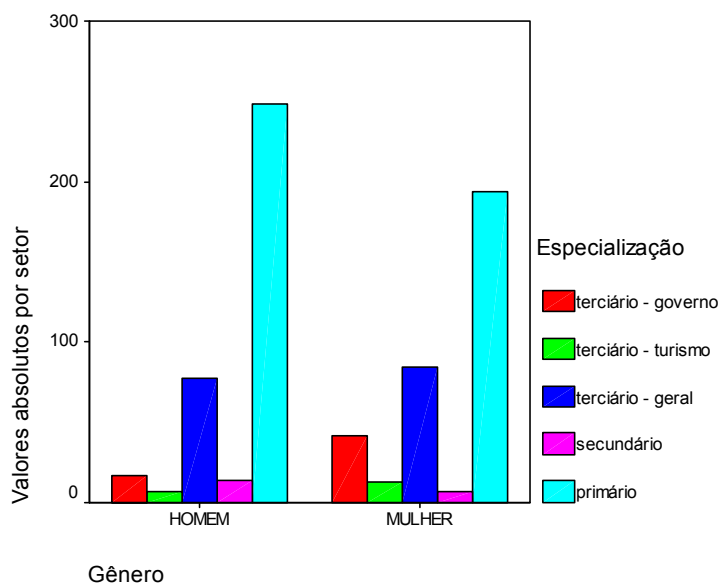


Figura 2 – Sexo e especialização por setor econômico

Enquanto o desemprego declarado masculino é de 14%, o desemprego declarado entre as mulheres é de 22%. Há predominância feminina no setor terciário e mais notadamente no serviço público; o contrário se dá nos setores primário e principalmente secundário, onde a presença masculina é maior, indicando que as mulheres têm hoje menor empregabilidade mas, provavelmente, um padrão de renda melhor, conforme a Figura 2.

Conforme mostra a Figura 3, a relação entre desemprego e renda segue o padrão esperado: a população de 20 a 59 anos é que mais detém empregos, enquanto as taxas são bem menores para os jovens de 10 a 19 anos e caem vertiginosamente para a população acima de 60 anos, que tem apenas 6% de seu contingente trabalhando. Os mais jovens, até 19 anos, encontram mais oportunidades de trabalho no setor terciário em geral, indicando alguma empregabilidade nos serviços que não exigem cursos técnicos ou de nível superior; entre 20 e 39 anos, a mão-de-obra é sorvida pelo setor primário, pois é a faixa etária em melhores condições de exercer trabalhos físicos como os envolvidos na atividade agropecuária; entre 40 e 59 anos o contingente no setor público cresce, e a partir dos 60, os que ainda trabalham vão se concentrar no setor terciário em geral ou permanecer no setor primário.

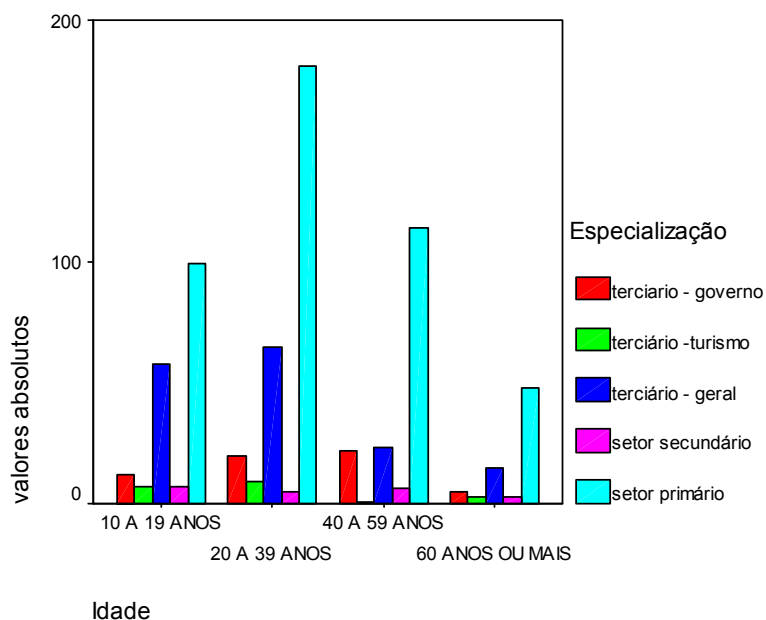


Figura 3 – Idade e especialização por setor econômico

O desemprego é maior no meio urbano, mas a distribuição da população urbana pelos setores econômicos indica que uma maior concentração se dá no setor terciário em geral, especialmente nos setores direta e indiretamente ligados ao turismo, e no setor secundário, indicando melhor padrão e concentração de renda nas cidades. Já a população rural, embora declare maior taxa de empregados, possui mais posições no setor primário – tradicionalmente de menores salários, e no setor público. A relação entre alfabetização e especialização é clara, como se poderia supor: quanto maior a taxa de alfabetização, maior é a concentração no setor terciário; os semi-analfabetos encontram nicho no setor secundário, enquanto 83,5% dos analfabetos concentram-se no setor primário.

3.2 Relações e correlações entre características populacionais e capacitação para o turismo

O turismo na região é apreciado por 98,5% da população, enquanto 96,3% gostariam que o turismo fosse estimulado e 94% acham que poderiam contribuir para uma melhor recepção turística. Confirmando esta visão, quando perguntados sobre o que o turismo traz para a cidade, os aspectos positivos sobrepõem com grande margem os aspectos negativos, conforme a Tabela 1.

Total de percepções positivas – 1852		Total de percepções negativas - 371	
Resposta	% dos entrevistados	Resposta	% dos entrevistados
“Oportunidade de travar conhecimentos”	72,9	“Confusão, barulho ou sujeira”	19,3
“Dinheiro para a cidade”	65,5	“Destruição da natureza ou das riquezas locais”	11,0
“Criação de empregos”	31,4	“Desrespeito ao povo daqui”	3,9

TABELA 1 – Opiniões sobre o que o turismo traz para a cidade (em 1099 entrevistados)

Total de opções empreendedoras (2 itens) – 830		Total de opções não empreendedoras (3 itens)- 1826	
Resposta	% dos entrevistados	Resposta	% dos entrevistados
“venda de produtos locais”	44,2	“sendo educado com todos”	81,1
“fazer algo típico local e expor aos turistas”	39,0	“receber o turista e mostrar os locais de interesse”	54,6
		“ajudar a cuidar dos atrativos”	47,3

TABELA 2 – Opções por contribuições pessoais para o incremento do turismo

Quanto à percepção das contribuições pessoais para o incremento do turismo, que traz em seu bojo não só o “tino comercial”, mas também a capacitação para o empreendedorismo e até mesmo a auto-estima dos cidadãos em relação a si e à sua cultura, o habitante da região se propõe mais normalmente às tarefas pouco empreendedoras, com baixos índices de opção pelas atividades que requerem atitudes pessoais mais determinadas, conforme a Tabela 2.

Entre os atributos pessoais, é a idade que apresenta mais correlações com outras variáveis: os mais velhos têm uma visão mais positiva do turismo, pois tendem a percebê-lo mais vezes como fonte de empregos e de divisas para os municípios, e se dispõem com mais frequência ao empreendedorismo para o desenvolvimento turístico, dizendo-se aptos a vender,

produzir e expor produtos locais, bem como cuidar dos atrativos e ser educados com os turistas, apesar de perceber com mais frequência atos desrespeitosos de turistas.

A alfabetização parece também ser grande determinante de opiniões e hábitos, pois se correlaciona positivamente com a apreciação pela troca de conhecimentos, fortemente com as viagens, com uma melhor destinação do lixo, com mais esforço em torno da higiene pessoal. A pesquisa permitiu verificar que os analfabetos declarados têm menor apreciação pela presença do turista, e menor percepção das oportunidades que o turismo pode proporcionar em termos de geração de renda, pois um maior número não se vê comercializando produtos da região ou mesmo fazendo o papel de guia local.

Não surpreendentemente, os desempregados e os mais jovens tendem a perceber com menor frequência a influência positiva do turismo na economia e a sua participação pessoal em possíveis empreendimentos ligados ao turismo, o que indicaria um certo ceticismo em relação ao turismo ou mesmo uma auto-depreciação como empreendedores. Entre os que trabalham, são exatamente os setores de maior especialização que têm uma apreciação maior pela presença do turista, vêm menos problemas comportamentais no turista e se percebem como empreendedores com mais frequência. A percepção dos benefícios econômicos do turismo está mais presente entre os homens, as faixas etárias mais avançadas, a população urbanizada, e entre aqueles que já estão inseridos no mercado de trabalho; há problemas de percepção do turismo como atrator de divisas principalmente entre os mais necessitados de oportunidades de trabalho e renda, os jovens desempregados. Aqueles que vêem o turismo como fonte de empregos e de troca de conhecimento são os que se acham aptos quanto à possibilidade de contribuição ao incremento do turismo.

Quanto aos hábitos de incidência na coletividade, os dados permitem afirmar que os cidadãos alfabetizados são também aqueles que dão melhor destinação ao lixo, têm os melhores hábitos e esforços de higiene, tendem a ser os mais viajados (a passeio), mais especializados em seus setores de trabalho, e com as visões e atitudes mais positivas em relação ao turismo, tanto na percepção da atividade econômica, quanto na disposição para se engajar nas atividades complementares ao turismo.

3.3 Análise comparada dos pólos pesquisados

Comparando-se o Vale do Jequitinhonha com os outros pólos, pode-se perceber que, de um modo geral, sua população é a menos alfabetizada, dá a pior destinação para o lixo, e também se vê menos capaz de contribuir individualmente para o crescimento do turismo. Por outro lado, tem uma melhor percepção do turismo como atrator de divisas e como oportunidade de conhecer pessoas diferentes, salientando a crítica aos efeitos deletérios do

turismo quanto à confusão, barulho e sujeira e destruição do patrimônio. Vê ainda maiores possibilidades de se inserir no mercado turístico através de venda e de produção e exposição de produtos da cultura local, além da disposição para guiar turistas, cuidar do patrimônio e ser educada, indicando um povo que não se vê capaz de promover o turismo por si só, mas que já tem alguma convivência com o turismo e suas conseqüências, percebendo no seu crescimento oportunidades pessoais de trabalho e geração de renda.

Já o Vale do São Francisco, quando comparado aos outros dois pólos, desponta como a região mais alfabetizada e com mais postos de trabalho. Seus habitantes, em geral, dão melhor destino ao lixo, percebem menos o turismo como fator positivo numa comunidade, apesar de não verem tantas vezes a sujeira, o barulho ou a confusão como conseqüências do turismo. São os que menos se dispõem a participar do crescimento da atividade através do trabalho.

No pólo Caminhos do Norte, há menos postos de trabalho para seus cidadãos, que têm no turismo uma das esperanças para a geração de empregos. Apesar disto, somando-se ao fato de não imputarem ao turismo destruição de patrimônio, são os que menos se dispõem a serem educados com o turista.

De maneira sintética, podemos dizer que enquanto o Vale do Jequitinhonha possui as piores condições sócio-econômicas, possui hábitos e valores mais próprios à recepção turística, e é a região que tem mais crítica quanto às conseqüências do turismo, percebendo com mais freqüência sua inserção no mercado turístico para a geração sustentável de trabalho e renda. O Vale do São Francisco aprecia com maior freqüência a presença do turista, sem ter uma crítica mais realista sobre seus efeitos positivos ou negativos. Apresenta hábitos e valores bastante similares ao povo dos Caminhos do Norte. Este último, por sua vez, tem a melhor condição sócio-econômica e é o que menos se vê atuando no mercado turístico.

4 Análise crítica

Os dados obtidos permitem fazer algumas considerações acerca da educação da comunidade para o turismo. Primeiramente é necessário levar em conta a necessidade de distinguir as necessidades formativas no que concerne à receptividade para a atividade turística, e no que concerne ao empreendedorismo nessa mesma atividade.

As dimensões do comportamento do cidadão analisadas com o objetivo de verificar a disponibilidade para a atividade turística não se relacionam exclusivamente com o desenvolvimento do turismo. Não se pode, então, deixar de considerar que toda investigação e

toda intervenção educativa devem levar em conta que a educação da comunidade para o turismo supõe uma intervenção em um campo difuso.

A elevação do nível educacional da população destaca-se como importante fator para o desenvolvimento da atividade turística seja no que concerne à qualificação do trabalhador/a, seja em relação à valorização da atividade, que é menor entre os analfabetos declarados. Se a atividade turística de fato possui um potencial para a promoção do desenvolvimento sócio-econômico, é primordial que este não se atenha exclusivamente aos grupos com capacidade de investimentos e de obtenção de lucros. Ao contrário, a idéia de desenvolvimento com base local precisa contrariar a atual racionalidade econômica (RODRIGUES, 2000). Propondo uma inversão na lógica dominante de desenvolvimento, Rodrigues (2000, p.59), apoiando-se em Max-Neef et. al. (1994), destaca que as necessidades humanas devem ser “atendidas desde o começo e durante todo o processo de desenvolvimento, ou seja, que a realização das necessidades não seja só a meta, mas sim o próprio motor do desenvolvimento”.

O conhecimento da realidade dessas regiões, a partir de sua caracterização como pólo turístico, não pode ser considerado como uma finalidade em si mesma. Ao contrário, tendo como foco a cultura local e as particularidades das condições de desenvolvimento social e econômico da região, é que a atividade turística deve ser inserida, seja do ponto de vista de seu potencial de inclusão social, seja no que concerne às ações necessárias para a sua realização, como é o caso da educação escolar e não escolar da população local e da capacitação. Embora os três pólos apresentem diferenças importantes em termos de planejamento regional, suas demandas por educação formal e informal e por capacitação comunitária acabam por se nivelar pela base, ou seja, são similarmente elementares.

A educação cidadã, desde a alfabetização até a sensibilização do setor terciário, passando necessariamente pela capacitação dos mais jovens é primordial para que o turismo na região possa levar ao desenvolvimento sustentável social, econômica, ambiental e culturalmente.

5 Conclusão

A análise dos dados relativos aos Pólos Turísticos Caminhos do Norte e Vales do São Francisco e do Jequitinhonha revelaram alguns aspectos importantes referentes à maior taxa de desemprego feminino e urbano, e à baixa empregabilidade e conseqüente êxodo dos homens entre 20 e 39 anos; os dados indicam também altos índices de analfabetismo e sua

relação tanto com a participação precária no mercado de trabalho, quanto com uma visão pouco empreendedora para as atividades turísticas, o que reforça o caráter amplo das intervenções educacionais e capacitadoras necessárias.

Pode-se verificar que a quase totalidade da população pesquisada aprecia o turismo e gostaria que essa atividade fosse estimulada na região. Outro aspecto significativo refere-se ao fato de não serem comunidades isoladas, com relativa abertura para outras realidades. Além disso, atitudes com o outro e com o meio ambiente, consideradas positivas, foram reveladas por grande parte da população pesquisada, havendo, no entanto, diferenças entre os Pólos. Pode-se afirmar que a disposição para acolher o turista revelou-se mais forte, sobretudo entre os mais velhos, no que concerne às atitudes pessoais como boa educação para com o turista, disposição para cuidar e mostrar os atrativos turísticos da região. Já a disposição para ações mais propositivas, que requeiram uma atitude empreendedora, como fabricar e vender produtos revelou-se mais frágil entre os pesquisados, e em especial entre os mais jovens e os desempregados, indicando um elemento importante para as políticas de formação e de apoio ao desenvolvimento de atividades por parte da população. Além disso, as mulheres, os mais jovens e os desempregados, demonstraram menor percepção das vantagens econômicas do desenvolvimento da atividade turística na região. Esses dados sugerem a importância de políticas focalizadas de capacitação profissional e incentivo ao empreendedorismo junto a estes grupos.

Como se pode apreender a partir dos dados obtidos, as próprias desigualdades sócio-econômicas estruturais são geradoras de mais desigualdade e segregação, quadro que o turismo compreendido em seu sentido mais estrito não pode alterar. Conclui-se que o resgate do direito fundamental à educação escolar da população é um elemento central para o desenvolvimento das atividades econômicas em geral e, especificamente, da atividade turística. A capacitação para a valorização dos indivíduos e por conseguinte do seu patrimônio e de sua cultura, e para a inclusão produtiva dos grupos comunitários também é basilar para um turismo sustentável em todas as suas dimensões.

Referências Bibliográficas

- ARROYO, Miguel G. Operários e educadores se identificam - que rumos tomará a educação brasileira? **Educação e Sociedade**, São Paulo: Cedes/Cortez/Autores Associados, n. 5, p. 5-23, jan. 1980.
- BENI, M. C. **Análise estrutural do turismo**. São Paulo: Ed. SENAC, 2003.
- BERGER, Peter L. e Richard J. Neuhaus. **To Empower - The Role of Mediating Structures in Public Policy**. Washington: American Enterprise Institute for Public Policy Research, 1977.

- CARACRISTI, Isorlanda. O Turismo que se faz e o desenvolvimento que queremos. In: CORIOLANO, Luzia Neide M. T.(org.). **Turismo com Ética**. Fortaleza: Editora Funece, 1998.
- ESCOBAR, Arturo. "Power and Visibility - The Invention and Management of Development in the Third-World". In **Cultural Anthropology** vol. 3, npo. 4, 1988.
- FALS-BORDA, Orlando. "Social Movements and Political Power - Evolution in Latin America". In **International Sociology** vol. 5, no. 2, June 1990.
- FISHER, William F. "DOING GOOD? The Politics and Antipolitics of NGO Practices" In **Annual Review of Anthropology**. vol. 26, p. 439-64. 1997.
- FREIRE, Paulo. **Educação e mudança**. São Paulo: Paz e Terra, 2001. 24ª ed.
- FREIRE, P.; NOGUEIRA, A.; MAZZA, D. (org.). **Fazer escola conhecendo a vida**. Campinas: Papyrus, 1995. 6ª ed.
- GOHN, Maria da Glória. **Educação não-formal e cultura política**. São Paulo: Cortez, 2001.
- KATZ, Richard. "Empowerment and Synergy - Expanding the Community's Healing Resources". In Julian Rappaport and Robert Hess (eds.) **Studies in Empowerment - Steps Toward Understanding and Action**. New York: Haworth Press, 1984.
- KIEFFER, Charles H. "Citizen Empowerment - A Development Perspective" In Julian Rappaport and Robert Hess (eds.) **Studies in Empowerment - Steps Towards Understanding and Action**. New York: Haworth Press, 1984.
- LIMA, Maria L.C. **Eco (turismo) em áreas protegidas - um olhar sobre Fernando de Noronha**. São Paulo: USP, 2003. (tese de doutorado)
- PETRUS, Antoni. Novos âmbitos em educação social. In: ROMANS, M.; PETRUS, A.; TRILLA, J. **Profissão - educador social**. Porto Alegre: Artmed, 2003, pp. 51-111.
- PERKINS, Douglas D. Speaking Truth to Power - Empowerment Ideology as Social Intervention and Policy. In: **American Journal of Community Psychology**. Vol. 23 no. 5. 1995.
- PERKINS, Douglas D. e Marc A. Zimmerman. Empowerment Theory, Research and Application. In: **American Journal of Community Psychology**. Vol. 23 no. 5. 1995.
- RAPPAPORT, Julian. "Studies in Empowerment - Introduction to the Issue". In Julian Rappaport and Robert Hess (eds.) **Studies in Empowerment - Steps Towards Understanding and Action**. New York: Haworth Press, 1984.
- RICH, Richard et al. Citizen Participation and Empowerment - The Case of Local Environmental Hazards. In: **American Journal of Community Psychology**. Vol. 23 no. 5. 1995.
- RODRIGUES, Ayr Balastrieri (org.). **Turismo e desenvolvimento local**. São Paulo: HUCITEC, 2000.
- ROMANS, Mercè. Formação continuada dos profissionais em educação social. In: ROMANS, M.; PETRUS, A.; TRILLA, J. **Profissão - educador social**. Porto Alegre: Artmed, 2003, pp. 115-206.
- RUSCHMANN, Doris V. de M. **Turismo e planejamento sustentável**. Campinas, SP: Papyrus Editora, 1997.
- SPEER, Paul W. e Joseph Hughey. Community Organizaing - An Ecological Route to Empowerment and Power. In: **American Journal of Community Psychology**. Vol. 23 no. 5. 1995.

ⁱ Os municípios constantes do PDITS II foram definidos pela Unidade Executiva Estadual. São eles: Pólo Turístico do Vale do São Francisco: Brasília de Minas, Chapada Gaúcha, Itacarambi, Jaíba, Januária, Pirapora, São Francisco, São Romão, Várzea da Palma. Pólo Turístico Caminhos do Norte: Bocaiúva, Coração de Jesus, Francisco Sá, Grão Mogol, Janaúba, Montes Claros, Montezuma, Salinas, Taiobeiras. Pólo Turístico do Vale do Jequitinhonha: Capelinha, Couto de Magalhães de Minas, Diamantina, Felício dos Santos, Itamarandiba, Minas Novas, São Gonçalo do Rio Preto, Serro e Turmalina.

ⁱⁱ Conforme definido em termo de referência do PRODETUR-MG. Os aspectos foram traduzidos em questões opinativas para a população local sobre efeitos do turismo, disposição para o empreendedorismo, hábitos de higiene e de conduta cotidiana, entre outros.

ⁱⁱⁱ Os municípios foram agrupados da seguinte forma: a) Vale do Jequitinhonha - Grupo 1: Capelinha, Itamarandiba, Minas Novas; Grupo 2: Couto de Magalhães de Minas, Felício dos Santos, São Gonçalo do Rio Preto; Grupo 3: Diamantina; Grupo 4: Serro, Turmalina.

b) Vale do São Francisco - Grupo 1: Brasília de Minas, Jaíba, Várzea da Palma; Grupo 2: Chapada Gaúcha, Itacarambi, São Romão; Grupo 3: Januária, Pirapora, São Francisco.

c) Caminhos do Norte - Grupo 1: Bocaiúva, Coração de Jesus, Francisco Sá, Salinas, Taiobeiras; Grupo 2: Janaúba; Grupo 3: Montes Claros; Grupo 4: Grão Mogol, Montezuma.

^{iv} Tendência a concordar com os itens perguntados de maneira automática.

^v Especialmente a partir dos anos 1970, importantes autores da área da educação chamaram a atenção para uma concepção ampliada de educação pautada no reconhecimento do caráter educativo das organizações comunitárias e dos movimentos sociais, no interior dos quais se desenvolve uma metodologia própria em que os envolvidos direta ou indiretamente adquirem conhecimentos, formas de comportamento, visões de mundo, postura política, em um processo de aprendizagem que extrapola uma visão unicamente escolarizada da mesma (Cf. por exemplo, ARROYO, 1980).

^{vi} Tradução não-autorizada (n.t).

^{vii} Grande número de estudos sobre processos coletivos para capacitar indivíduos podem ser encontrados na literatura da Psicologia Comunitária. Porém, como afirmado por Perkins e Zimmerman (1995), capacitação comunitária não é simplesmente uma coleção de processos individuais de capacitação.